



Sumário

Nota à 5ª edição, xv

- 1 Introdução: O Direito Eleitoral no Contexto da Sociedade, 1**
 - 1 A finalidade do Direito, 1
 - 2 Alternância do poder e golpe, 2
 - 3 A ruptura da democracia, 3
 - 4 A compreensão do Direito, 4
 - 5 O Direito Eleitoral e a fragilização do Direito brasileiro, 6
 - 6 A alegação de ausência de lei, 7
 - 7 Os efeitos do Direito mal concebido, 7
 - 8 A consolidação do Direito pelo bom exemplo e pela sanção, 8
 - 9 Responsabilidade de cada um pelos rumos do Direito, 10

- 2 O Direito Eleitoral, 12**
 - 1 Conceito, 12
 - 2 Conteúdo do Direito Eleitoral, 14
 - 3 Fontes do Direito Eleitoral, 14
 - 3.1 Regra jurídica e princípios, 18
 - 3.2 Resoluções, 23
 - 4 Autonomia do Direito Eleitoral, 26
 - 5 Objeto, 26
 - 6 Relação com os demais ramos do Direito, 27
 - 7 Interpretação, 28
 - 8 O Direito Eleitoral e os direitos fundamentais, 32
 - 8.1 O direito ao governante honesto, 33

- 8.2 A análise da vida progressa de quem postula mandato e a ADPF nº 144, 35
- 8.3 Presunção de inocência × vida progressa, 39

3 Atuação da Jurisdição Eleitoral, 42

- 1 A Justiça Eleitoral, 42
- 2 Órgãos da Justiça Eleitoral, 44
- 3 Mesa receptora, 45
- 4 A segunda instância eleitoral, 47
- 5 Instância superior, 47
- 6 Competência da Justiça Eleitoral, 52
- 7 Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, 53
- 8 Competência do Tribunal Superior Eleitoral, 54
- 9 Competência para fixação do número de vereadores, 56
- 10 Retrospectiva da atuação da Justiça Eleitoral, 60
- 11 O abuso e a conquista do poder, 62
- 12 O momento do afastamento do cargo, 65
- 13 Súmula 1 do TSE, 66

4 Os Direitos Políticos, 69

- 1 Conceito, 69
- 2 Surgimento, 71
- 3 Soberania popular, 72
- 4 Banalização da expressão *soberania popular*, 74
- 5 Povo, população e nação, 76
 - 5.1 População, 77
 - 5.2 Nação, 77
- 6 Desvio de finalidade no exercício do mandato, 78
- 7 Perda dos direitos políticos, 79

5 O Povo e sua Representação, 83

- 1 A representação popular, 83
- 2 Povo na democracia de Atenas, 85
- 3 O poder do povo em Roma, 86
- 4 A democracia com delegação de poderes, 89
- 5 O mandato político no Brasil, 91
- 6 A essência do mandato eletivo, 93
- 7 O povo sem representantes, 96
- 8 Reforma política, 97

6 Organizações Partidárias, 99

- 1 Os partidos políticos, 99
- 2 O programa, 101
- 3 Partido, sociedade e Estado, 103
- 4 A criação do partido no Brasil, 106
- 5 A representação partidária, 108
- 6 A ausência de cultura partidária, 110
- 7 Objetivo, 112
- 8 Natureza jurídica do partido político, 114
- 9 Autonomia dos partidos, 115
- 10 O partido político e o direito do filiado à legenda, 116
 - 10.1 A titularidade do mandato, 118
 - 10.2 Listas partidárias, 119
- 11 A competência para julgar demanda entre partido e filiado, 120
- 12 Mandado de segurança contra ato de partido, 123
- 13 Unipartidarismo e pluripartidarismo, 125
- 14 Partido, candidato e eleição, 126
- 15 Coligação, 127

7 Princípios Essenciais na Democracia, 134

- 1 O princípio da igualdade, 134
- 2 O princípio da legalidade administrativa, 140
- 3 O princípio da proporcionalidade, 142
- 4 O princípio da anualidade das normas que disciplinam o processo eleitoral, 144
- 5 Direito de oposição, 145
- 6 A desigualdade gerada pelo poder, 147

8 Capacidade Eleitoral, 148

- 1 Conceito, 148
- 2 Alistamento eleitoral, 150
- 3 Requisitos do alistamento eleitoral, 151
- 4 Fases, 152
- 5 Vedação ao alistamento, 152
- 6 Efeitos do alistamento, 153
- 7 Obrigatoriedade do alistamento, 153
- 8 Transferência, 154

- 9 Limitações pelo descumprimento do dever eleitoral, 155
- 10 Cancelamento e exclusão, 157

9 Elegibilidade, 160

- 1 Conceito, 160
- 2 Requisitos, 162
- 3 Filiação partidária, 163
- 4 Domicílio eleitoral, 168
- 5 Inelegibilidade, 170
 - 5.1 Arguição de inelegibilidade, 172
 - 5.2 Inelegibilidade prevista na letra d, 174
 - 5.3 Desincompatibilização, 174
- 6 Prazos para desincompatibilização, 175
- 7 Registro da candidatura, 180
 - 7.1 Convenção para escolha de candidato, 182
- 8 Substituição de candidato, 183
- 9 Impugnação do registro da candidatura, 186

10 Sistemas Eleitorais, 188

- 1 Conceito, 188
- 2 Sistema majoritário, 189
- 3 Sistema proporcional, 190
- 4 Sistema misto, 195
- 5 Cláusula de barreira, 196
- 6 Eleição, 198
- 7 Voto, 200
- 8 Votação, 201
- 9 Voto eletrônico, 203
- 10 Sufrágio, 204
- 11 Classificação do sufrágio, 205
- 12 Valor do sufrágio, 206
- 13 Escrutínio, 207

11 Processo Eletivo, 208

- 1 Período eleitoral, 208
- 2 Processo eleitoral, 212
- 3 Investigação judicial eleitoral, 214
- 4 Abuso do poder econômico, 220

- 5 Nexo de causalidade, 222
 - 5.1 Potencialidade, 225
- 6 Captação ilícita de sufrágio, 226
- 7 A constitucionalidade do art. 41-A, 230
- 8 Ação de impugnação de mandato eletivo, 234
 - 8.1 Condução da testemunha, 240
- 9 Hipóteses de condutas vedadas, 241
 - 9.1 Conceito de conduta vedada, 244
 - 9.2 Sanções previstas, 245
 - 9.3 Procedimento para apuração, 246
 - 9.4 Bens públicos, 248

12 Propaganda Eleitoral, 252

- 1 Propaganda política, 252
- 2 Propaganda eleitoral, 254
 - 2.1 Propaganda lícita, 259
 - 2.1.1 Trio elétrico, 262
 - 2.1.2 Manifestação individual no dia da eleição, 262
 - 2.1.3 Término da propaganda no rádio e TV, 263
 - 2.1.4 Propaganda através de jornal, 263
 - 2.1.5 Preferência do local para realização de comício, 263
 - 2.1.6 Propaganda na Internet, 264
 - 2.1.7 Responsabilidade do provedor de Internet, 265
 - 2.1.8 Descadastramento de mensagens eletrônicas, 266
 - 2.1.9 Atribuição da propaganda a terceiro, 266
 - 2.1.10 Suspensão de sites, 266
 - 2.1.11 Marketing e propaganda eleitoral, 267
 - 2.2 Propaganda criminoso, 268
 - 2.3 Propaganda irregular, 269
- 3 Propaganda partidária, 272
 - 3.1 Propaganda intrapartidária, 276
- 4 Propaganda institucional, 277
 - 4.1 Abuso na propaganda institucional, 278
- 5 Época, técnica e liberdade de propaganda, 279
- 6 Medidas processuais relativas à propaganda, 280
- 7 Direito de resposta, 282
 - 7.1 Direito de resposta na Internet, 284
- 8 Pesquisas eleitorais, 284

- 8.1 Impugnação da pesquisa, 287
- 8.2 Acesso dos partidos aos dados da pesquisa, 288

13 Recursos na Campanha Eleitoral, 289

- 1 Recursos nas campanhas eleitorais, 290
- 2 Requisitos para a arrecadação e gastos, 290
 - 2.1 Limite de gasto por candidatura, 291
- 3 Administração financeira da campanha, 291
- 4 Conta bancária, 292
- 5 Recibos eleitorais, 293
- 6 Comitê financeiro, 295
- 7 Origem dos recursos da campanha, 296
 - 7.1 Destino dos recursos de fontes vedadas, 296
- 8 Doações eleitorais, 297
 - 8.1 Doações pela Internet para candidato, 298
 - 8.2 Doações pela Internet para partido, 299
 - 8.3 Recibos eleitorais/doações na Internet, 300
 - 8.4 Encerramento da arrecadação por cartão de crédito, 300
 - 8.5 Prestação de contas dos recursos via cartão de crédito, 300
 - 8.6 Fraudes praticadas por doadores, 301
 - 8.7 Operadoras de cartão de crédito, 301
- 9 Comercialização de bens, 301
- 10 Data-limite para arrecadação e realização de despesa, 302
- 11 Gastos eleitorais, 303
- 12 Doação de candidato a candidato, 304
- 13 Prazo para prestação de contas, 305
- 14 Efeitos da desaprovação de contas, 307
- 15 Captação irregular de recursos e gastos ilícitos, 308
 - 15.1 Legitimação para propositura da ação por arrecadação ou gasto irregular em campanha, 309
 - 15.2 A constitucionalidade do art. 30-A, 311

14 Recursos Eleitorais, 313

- 1 A inércia da jurisdição, 313
- 2 Recurso no Direito Eleitoral, 314
- 3 Sucumbência ou lesividade da manifestação recorrida, 315
- 4 Efeitos suspensivo, devolutivo e translativo, 315
- 5 Prazo, 319

- 6 Tipos de recurso, 321
- 7 Recurso contra a diplomação, 322
- 8 Juízo de admissibilidade, 326
- 9 Recurso especial, 328
 - 9.1 A demonstração da configuração de violação de lei, 330
 - 9.2 Matéria de fato e valoração da prova, 334

- 15 O Ministério Público na Jurisdição Eleitoral, 337**
 - 1 Conceito, 337
 - 2 Funções, 337
 - 3 Posição institucional, 338
 - 4 Órgãos e composições, 338
 - 5 Competência, 339
 - 6 Papel do Ministério Público contra os abusos de poder, 339
 - 7 Sanções penais e sanções de inelegibilidade, 340
 - 8 Participação do Ministério Público para preservação da lisura do processo eleitoral, 341
 - 9 Ministério Público e partidos políticos, 342

- 16 Crimes Eleitorais, 344**
 - 1 Conceito de crime, 344
 - 2 Crimes eleitorais, 347
 - 3 Natureza dos crimes eleitorais, 350
 - 4 Classificação e espécies, 351
 - 5 Conexão dos crimes eleitorais, 353
 - 6 Competência para julgamento, 355
 - 7 Prescrição, 358
 - 8 Penas nos crimes eleitorais, 360
 - 9 Titularidade da ação penal eleitoral, 362
 - 10 Princípios no processo penal eleitoral, 363
 - 11 Competência para realização do inquérito, 366

- 17 Nulidade, 368**
 - 1 Nulidade, 368
 - 2 Nulidade em Direito Eleitoral, 370
 - 3 Nulidade da votação, 373

- 18 Moralidade Administrativa, 380**
 - 1 Moralidade, 380

- 1.1 A constitucionalização da moral e a corrupção, 384
- 2 Ética, 388
- 3 O bom exemplo como fator de propagação da ética, 391
- 4 *Impeachment* por improbidade administrativa, 393
- 5 *Impeachment* de ministro do STF, 394
- 6 *Impeachment* do Presidente da República, 398
- 7 *Impeachment* de governadores, 401
- 8 *Impeachment* na órbita municipal, 403
- 9 Ilícitos cometidos por prefeitos, 407
- 10 Afastamento do cargo no início do processo de cassação, 409
- 11 Competência para julgamento após o afastamento da função, 412
- 12 Crime de responsabilidade e Lei de Improbidade, 414

19 Improbidade Administrativa, 418

- 1 Improbidade administrativa, 418
- 2 A exigência de coisa julgada, 428
- 3 A ação de improbidade, 433
- 4 Foro competente, 435
- 5 Prescrição, 435
- 6 Ação popular × ação de improbidade, 436
- 7 Ação civil pública, 440
- 8 Denúncia caluniosa, 445
- 9 Aprovação das contas pela Câmara nos casos de improbidade, 446
- 10 A improbidade por não aplicação de 25% na educação, 447

20 Responsabilidade Fiscal, 451

- 1 Antecedentes, 451
- 2 Responsabilidade, 452
- 3 A Lei de Responsabilidade Fiscal, 454
- 4 Equilíbrio entre receita e despesa, 456
- 5 Limites da despesa com pessoal, 456
- 6 Participação popular e transparência na despesa, 458
- 7 Autoridades sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, 460

21 Lei Complementar nº 135/10, 461

- 1 A finalidade do mandato, 461
- 2 O Projeto de Lei Complementar de iniciativa popular nº 518/10, 463
- 3 A desnecessidade do trânsito em julgado para configuração de inelegibilidade, 463

- 4 A aplicação imediata da lei, 466
- 5 A possibilidade de suspensão da inelegibilidade, 469
- 6 A ampliação do prazo de inelegibilidade para oito anos, 470
- 7 A inelegibilidade por irregularidades cometidas na campanha eleitoral, 470
- 8 A inelegibilidade por supressão do direito ao exercício de profissão, 471
- 9 Renúncia ineficaz, 472
- 10 A efetividade da decisão condenatória na investigação judicial, 473
- 11 A posição do TSE sobre a LC nº 135/10, 474

Bibliografia, 477